

FÉ CRISTÃ: UMA RATIFICAÇÃO HISTÓRICA DE SUA VERACIDADE

Israel Serique dos Santos¹

RESUMO:

No estudo histórico da religião cristã percebe-se que vários de seus pensadores e teólogos procuraram associar à sua origem, uma relevância e veracidade, a ideia de historicidade. Obras de cunho filosófico, arqueológico e histórico, procuram trazer evidências da plausibilidade da fé e doutrinas cristãs. O presente artigo apresenta-se como fruto de pesquisas para uma palestra na Conferência *Crer é Pensar*, que tem por finalidade, expor o conceito cristão sobre a história, sua relação com a literatura sagrada e o modo como este conceito se relaciona com a argumentação de que o Cristianismo tem evidências históricas que ratificam sua veracidade.

Palavras-chave: Cristianismo. Fé. Evidências. Verdade. História.

ABSTRACT:

In the historical study of the Christian religion perceives that many of its thinkers and theologians have sought to associate their origin, relevance and veracity, the idea of historicity. Works of philosophical, historical and archaeological, seek to bring evidence of the plausibility of faith and Christian doctrines. This article is presented as the product of research for a speech at Thinking is Believing, which aims to expose the Christian concept of the story, his relationship with the sacred literature and how this concept relates to the argument that Christianity has historical evidence to confirm their veracity.

Keywords: Christianity. Evidence Faith. Truth. History.

¹Doutorando em Ciências da Religião (PUC-GO), mestre em Ciências da Religião (PUC-GO), licenciado em Pedagogia e História (UVA-CE) e bacharel em Teologia (FACETEN-RO). Atualmente é professor adjunto no Curso de Pedagogia da Faculdade Nossa Senhora Aparecida/GO (FANAP), atua como Professor Formador (PARFOR) no Curso de Pedagogia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFPA); é também professor no Seminário Presbiteriano Brasil Central/GO e tem experiência na área da educação, ciências da religião e teologia, atuando, principalmente, nos seguintes temas: metodologias de ensino, estatística, planejamento educacional, teologia sistemática, bíblica e exegese. E-mail: israelserique@gmail.com; blog: <http://iserique.blogspot.com.br/>.

INTRODUÇÃO

A II Conferência *Crer é Pensar* da Faculdade FAIFA, em sua temática geral, *O conhecimento e a fé*, trouxe um desafio singularmente empolgante: falar sobre fé em uma esfera para além das questões subjetivas e emocionais do campo religioso.

Neste artigo, cujo tema é *Fé cristã*: uma ratificação histórica de sua veracidade, afirma-se que o Cristianismo, desde os seus primórdios conceituais, sempre carregou consigo a idéia de que a fé deveria ser pautada e nutrida tanto por uma visão teleológica da história como também por um forte senso sobre a realidade da providência divina. Estes dois prismas, que se imbricam e se relacionam harmonicamente, formam um binômio conceitual que tem dirigido muitas obras apologéticas e teológicas.²

No estudo histórico da religião cristã pode-se perceber que vários de seus pensadores e teólogos procuraram associar à sua origem, relevância e veracidade, a ideia de historicidade. Obras de cunho filosófico (GRENZ, 1997), arqueológico (UNGER, 1980; MCDOWELL, 1992, 2001), científico (MORRIS, 1995) e histórico (TOGNINI, 1980; RICHARDSON, 1991) procuram trazer evidências da plausibilidade da fé e doutrinas cristãs.

Neste artigo expõe-se o conceito cristão sobre a história, sua relação com a literatura sagrada e o modo como este conceito se relaciona com a argumentação que o Cristianismo tem evidências históricas que ratificam sua veracidade.

1. CRISTIANISMO E HISTORICIDADE

Por que falar sobre as evidências históricas da fé cristã? Se, geralmente, a religião em sua multiforme linguagem (símbolo, rito, escritura sagrada etc.), é posta no âmbito das particularidades, qual o nexo de se tratar a religião a partir de um fundamento histórico, buscando-se nas ciências humanas evidências de sua veracidade?

²Obras como a de Robertson (1997), Groningen (1995) e Kaiser (1996) foram elaboradas tendo como pano de fundo certos conceitos que foram desenvolvidos na história revelacional.

A resposta que damos a estes questionamentos é que o Cristianismo, diferentemente de outras religiões que dão forte ênfase às questões místicas e subjetivas, apresenta-se, desde sua origem,³ como uma religião que arroga para si fundamentos históricos e plausibilidade filosófica.⁴

Por exemplo, Vos (2010), tratando sobre a questão da historicidade dos patriarcas, afirma:

Em resposta a essas várias construções, devemos enfatizar, antes de tudo, que a historicidade dos patriarcas não pode nunca ser, para nós, uma matéria de menor importância. Sendo a religião do Antigo Testamento uma religião factual, não há como essas figuras reterem a mesma utilidade, por meio das lições que podem ser tiradas de suas histórias, como no caso de história de fato [...] não podemos, sem sérias perdas de valores religiosos, alocar esses personagens na região do mito ou da lenda. Se estamos prontos para nos dar por satisfeitos com o tom religioso e moral dos relatos, então a conclusão é inevitável: que a existência histórica de Jesus, da mesma maneira, tornou-se uma matéria insignificante [...] (Vos, 2010, p. 90,91).

Estes fundamentos históricos e plausibilidade filosófica são os corolários naturais da afirmação categórica dos pensadores cristãos de que existe a verdade. Esta não como coisa que se situa no âmbito das questões subjetivas, das realidades inalcançáveis ou como uma tênue afirmação que pode ser rapidamente solapada pela argumentação mais sofisticada e eloquente de outro interlocutor, em um círculo eterno de vir a ser. A verdade, na mente do cristão, reside no âmbito das certezas absolutas e incontestes.

Noutras palavras, para o cristão, o Cristianismo não é mais uma religião entre tantas outras. Sua especificidade reside exatamente no fato de que, aquele que crer pode e deve encontrar todo um sistema de argumentação racional sobre a validade de sua crença, além do que, pode encontrar, nos anais da história e nas descobertas arqueológicas, comprovações de muitas citações bíblicas sobre o modo de crer, viver, legislar etc. dos povos que viveram no tempo que estes escritores descreveram suas histórias ou elaboraram suas poesias e hinos.

³ Tratando sobre este assunto Bruce afirma: “Que tem o Cristianismo suas raízes na história é fato que recebe ênfase no mais antigo dos Credos da Igreja, credo que fixa a suprema revelação de Deus em um ponto definido do tempo, quando ‘Jesus Cristo, seu único filho, nosso Senhor... padeceu sob o poder de Pôncio Pilatos’. Esta definitude precisa, de uma vez e para sempre, do Cristianismo, que o distingue dos sistemas religiosos filosóficos que se não relacionam de modo explícito com qualquer período especial do tempo, faz da fidedignidade dos escritos que se pretendem o registro desta revelação questão de primeira importância” (1990, p. 12).

⁴ Lembremos que Paulo (At 17), no areópago – falando a estóicos, epicureus e pessoas em geral –, após discursar sobre o Deus desconhecido tendo como conceitos balisares aqueles que eram relativamente comuns ao judaísmo e estoicismo, concluiu sua exposição citando escritores gregos. Tal procedimento evidencia que Paulo teve como objetivo aproximar-se de seus ouvintes dando ao seu discurso um suporte no pensamento grego, ao ponto de citar Arato (315-240 a.C), amigo de Zenão (fundador do estoicismo).

A segunda pergunta que fazemos é: qual a origem desta forma de se pensar a própria religião?

Segundo aquilo que entendemos, tal posicionamento sobre a religião, não tem seu início com os pais da igreja, nem com os escolásticos, nem com os apologetas reformados ou escritores atuais.

A historicidade e racionalidade da fé encontram-se, primeiramente, na própria literatura sagrada (a Bíblia) que, os cristãos assumem sem reservas, ser a Palavra infalível e perfeita de Deus. Ou seja, a própria Bíblia apresenta todo um conjunto de conceitos nos quais a fé veterotestamentária e neotestamentária são postas como tendo fundamento histórico.

Já no livro de Gênesis encontramos a ruptura conceitual que o escritor faz sobre o mundo. Para ele, o mundo fenomênico não é uma emanção da divindade, nem as forças da natureza são, necessariamente, manifestações pessoais da ira divina. Para o escritor não há panteísmo, pois um é o Criador e o outro é o universo criado em sua multiforme expressão do poder, sabedoria e providência divina.

Em gênesis é possível perceber a distinção qualitativa entre a criatura e o Criador. O mundo e Deus são postos em categorias diferentes, sendo que Este tem seu pleno governo sobre aquele e se revela na história dos homens de forma simbólica⁵ e proposicional⁶. E são nestes atos revelacionais que o Cristianismo julga possuir comprovações de sua verdade religiosa.

Ainda no livro de Gênesis, três nomes são atribuídos a Deus: El-Shaday, Adonay e YHWH. Cada um destes, respectivamente, trás à luz os atributos que o Deus israelita possuía. Ele era onipotente, soberano sobre todas as coisas, tinha interesse pelo destino dos homens e se relacionava pactualmente com as suas criaturas racionais. Por estes três atributos o judeu acreditava ser absolutamente possível a revelação divina na história dos homens. E o que desencadearia isto seria tão somente a livre vontade de YHWH.

Neste ato revelacional, Deus concedia ao curso histórico da humanidade significado teológico e valor qualitativo. Ou seja, a partir das teofanias⁷ e profecias o transcurso histórico dos

⁵ Referimo-nos às teofanias (manifestações visíveis de Deus) nas quais Deus se utiliza de elementos da natureza para tornar evidente sua presença e comunicar seus atributos, como foi o caso da sarça que ardia em fogo, mas não era consumida por este.

⁶ Aqui, a revelação proposicional que nos referimos diz respeito tanto ao ato de Deus falar objetivamente com os homens como à Escritura Sagrada, na qual os conceitos divinos estão grafados.

⁷ Teofania diz respeito às manifestações visíveis de Deus na história do homem, como por exemplo a sarça ardente no Monte Horebe.

homens deveria ser visto pelo prisma do plano e providência divina. Por essa cosmovisão, afirmava-se, tanto a presença e manifestação da divindade na história dos homens, como também se asseverava a realidade de suas indelévels marcas no caminhar humano.

Isso quer dizer, então, que se Deus se revelou na história dos homens é possível que uma dada religião possa ter fundamentos históricos de sua crença e prática religiosa. Essa dada religião, segundo os cristãos, é o Cristianismo.

Em terceiro lugar, questionamos: De que forma esse significado teológico e valor qualitativo são afirmados na literatura sagrada judaico-cristã?

Primeiramente podemos afirma que eles estão presentes logo no início do Livro Sagrado. Na narrativa da criação do homem e do estabelecimento do pacto no Éden (Gn 2:16-17), encontramos a idéia de que o ser humano foi criado tendo como padrão o tipo divino. Por essa imagem e semelhança que o aproximava de Deus, o homem podia ter autoconsciência e se ver como coisa distinta da natureza, ao mesmo tempo em que se via relacionado com ela no cultivar e guardar.

Através da aliança com Adão, o homem deveria dirigir a história pela vontade divina. Os fatos históricos deveriam se suceder pela realidade supra-histórica da existência divina e sua revelação proposicional na aliança. Adão e Eva deveriam atribuir sentido teológico às suas ações.

Quando eles rejeitaram o aspecto positivo desse sentido, o princípio negativo entrou em vigor, *o juízo*. Ou seja, o aspecto teológico da história ainda permaneceu em vigor. E a realidade da morte constitui-se como evidência histórica incontestável que houve um pacto entre Deus, os homens e em Adão; esse, não deu o devido valor à promessa e perpetuidade da vida no Jardim do Éden.⁸

Em segundo lugar, por meio do conceito de providência divina que dirige o destino dos homens. A história de José ilustra muito bem essa sentença. Odiado por seus irmãos, jogado em uma cisterna, vendido como escravo e lançado numa cadeia por um ato de difamação da parte da mulher de Potifar, a história de José é um roteiro contundente que explicita o conceito de providência divina que a tudo abarca, dirige e dispõe conforme o conselho de sua vontade.

⁸ É pertinente aqui ressaltar que o apóstolo Paulo relaciona a pessoa de Jesus como sendo o segundo Adão (Rm 5). Toda a sua doutrina sobre a justificação se baseia na realidade histórica da existência de Adão como representante da humanidade no pacto das obras e sua posterior desobediência e queda. Se Adão não foi um personagem histórico, segue-se disso que não houve queda histórica e, portanto, não há pecadores em dívida para com a lei de Deus que devam ser justificados. Contudo, este não é o pensamento de Paulo. Este apóstolo ensina a necessidade de justificação e, portanto, por esta afirmação, confirma a historicidade tanto de Adão como também da morte e ressurreição de Cristo.

Aquele que narrou o drama de José não deixou de registrar a sua fé nos decretos eternos de YHWH, que se cumprem na história dos homens de forma aparentemente desconexa. Segundo o escritor de Gênesis, José disse que Deus o havia enviado para o Egito (Gn 45.5). O fundamento de sua fé era a sua história pessoal. Deus havia se revelado no transcurso histórico de seu destino. Ele chegou à posição tão elevada, pois YHWH cumpriu em sua vida aquilo que Ele mesmo havia prometido em sonhos.

Em terceiro lugar, nas reminiscências do povo quanto às manifestações de livramento de YHWH. Na leitura dos Salmos pode-se perceber que os salmistas fazem reiteradas incursões ao passado histórico (não mítico), a fim de trazer ânimo aos seus leitores e inspirar a fé em sua comunidade.

Dentre as muitas condições históricas que o povo de Israel passou, a escravidão no Egito e os quarenta anos no deserto despontam como momentos de singular importância. E dos muitos atos salvíficos que YHWH empreendeu a favor de Israel, aqueles que recebem especial atenção na memória religiosa judaica e cristã são as dez pragas, a travessia do Mar Vermelho e o sustento providente de Deus no deserto.

Nos salmos e em outros livros, essas citações acima, fazem parte daqueles momentos revelacionais nos quais Deus deixou a sua marca indelével na história dos homens. Aqueles que fazem uso dessas narrativas apresentam a seus leitores um registro histórico dos poderosos feitos de YHWH. A intencionalidade desses escritores sagrados é dar ciência que a crença e confiança no auxílio divino são justificáveis, pois Deus se revelou na história dos homens de forma poderosa e providente. As experiências do passado são tratadas como evidências que este mesmo Deus pode agir no presente.

Por fim, pode-se afirmar que esse significado teológico e valor qualitativo são afirmados na anunciação do Dia do Senhor (AT) e do apocalipse (NT) como sendo o desfecho de todo um processo revelacional.

Deus tem interesse pelos homens e, por isso, intervém na história destes e concede direção aos fatos. E são nessas intervenções divinas que à história humana são agregados valores e sentidos.

Por essa perspectiva, o valor que Abraão atribuía a Isaque não residia no fato que ele era o filho de sua ditosa velhice, mas sim, porque era o filho da promessa, filho de um pacto com YHWH. E por essa promessa, o nascimento de Isaque assumiu o sentido teológico da onipotência

divina diante das impossibilidades humanas. Eram essas realidades presentes que fomentavam no coração do judeu a ideia de uma ação futura e final de YHWH.

Sendo assim, a história, na perspectiva cristã, é uma reta que tem sua origem na criação e que tem sua direção delineada rumo ao apocalipse. Este, não no sentido popular (destruição), mas no sentido próprio do termo grego, ou seja, revelação. Ou seja, a revelação dos desígnios últimos de Deus para o homem e o cosmo.

Portanto, em conclusão a essa primeira parte deste artigo, afirmamos que o Cristianismo destaca-se no meio religioso, pelo fato de atrair para si a ideia de ser uma religião historicamente comprovada. Sua ênfase nesse ponto tem seu nascedouro na própria Bíblia, onde os escritores sagrados tanto afirmaram a historicidade de suas narrativas, como também deram crédito às narrativas dos outros escritores bíblicos.

Em quarto lugar perguntamos: sobre qual alicerce o Cristianismo fundamenta sua historicidade?

Pela análise dos escritos bíblicos – tanto do Antigo Testamento como do Novo Testamento – pode-se concluir que os escritores sagrados acreditavam que estavam escrevendo história. Contudo, não de acordo com o conceito atual que encerra esta ciência,⁹ mas simplesmente como descrição e narrativa de fatos reais, coisa que realmente ocorreu no tempo e no espaço, com o fim de fortalecer a fé.

Segundo McDowell, Josefo diferia o modo como os escritores e leitores gregos viam sua literatura e os judeus viam seus escritos religiosos. Segundo Josefo,

Qual grego suportaria tanto pela mesma causa? Mesmo para salvar da destruição toda coleção de escritos da sua nação, ele não enfrentaria o menor dano para si mesmo. Pois, para os gregos, suas literaturas são simples histórias inventadas de acordo com a fantasia de seus autores; e eles estão plenamente certos nessa atitude diante de até mesmo os mais antigos historiadores, pois vêem alguns contemporâneos se arriscando a descrever acontecimentos dos quais não tomaram parte, sem ter o cuidado de se informar com aqueles que conhecem os fatos (JOSEFO *apud* MCDOWELL, 1992, p.10).

⁹ Ou seja, como vertente do conhecimento humano que faz uma análise e relação crítica dos fatos ocorridos.

Por exemplo, Lucas escreveu em seu evangelho:

Visto que muitos houve que empreenderam uma narração coordenada dos fatos que entre nós se realizaram, conforme nos transmitiram os que desde o princípio foram testemunhas oculares e ministro da palavra, igualmente a mim me pareceu bem, depois de acurada investigação de tudo desde sua origem, dar-te por escrito, excelentíssimo Teófilo, uma exposição em ordem, para que tenhas plena certeza das verdades em que foste instruído (Lc 1.1-4).

Nessas palavras fica evidente que, Lucas tenciona dar aos elementos da fé cristã o tom de verdade passível de comprovação testemunhal. Ele afirma que ainda em seu tempo, haviam pessoas que tinham estado com Cristo desde o início de seu ministério público e que por serem testemunhas oculares, poderiam muito bem atestar a veracidade de toda a narrativa empreendida por ele. Todos os milagres, palavras e ações de Jesus, descritos em seu Evangelho, poderiam ser testemunhados por aqueles que viram e ouviram de Jesus.

Além disso, Lucas afirma que a composição de seu Evangelho deu-se também por meio de acurada investigação, ou seja, através de minuciosa ação de averiguação se as narrativas que circulavam nas comunidades cristãs coincidiam ou não com a plena verdade dos fatos históricos.

Tal atitude cautelosa tinha como objetivo que Teófilo tivesse plena certeza das verdades em que ele havia sido instruído. E essa plena certeza certamente não poderia ser alcançada no âmbito das fábulas, mitos ou lendas, pois para estas não há a necessidade que testemunhas oculares venham a ratificar suas narrativas.

As verdades, nas quais Teófilo foi instruído e para as quais Lucas evoca a importância de testemunhas oculares e a necessidade de acurada investigação para a sua comprovação, foram fatos históricos observáveis. A fé de Teófilo tinha fundamento histórico e, portanto, ele poderia tanto crer em Deus por meio de sua subjetividade e individualidade, como também por meio de elementos históricos passíveis de averiguação e atestação. Ou seja, ele poderia crer e pensar sobre sua fé.

A exemplo de Lucas, Paulo também se mostra especialmente interessado em dar aos seus leitores provas contundentes da historicidade e veracidade daquilo que é o cerne do Cristianismo, ou seja, a ressurreição de Cristo. Por isso ele escreve:

Irmãos, venho lembrar-vos o evangelho que vos anunciei, o qual recebestes e no qual ainda perseverais; por ele também sois salvos, se retiverdes a palavra tal como vo-la preguei, a menos que tenhais crido em vão. Antes de tudo, vos entreguei o que também recebi: que Cristo morreu pelos nossos pecados, segundo as Escrituras, e que foi sepultado e ressuscitou ao terceiro dia, segundo as Escrituras. E apareceu a Cefas e, depois, aos doze. Depois, foi visto por mais de quinhentos irmãos de uma só vez, dos quais a maioria sobrevive até agora; porém alguns já dormem. Depois, foi visto por Tiago, mais tarde, por todos os apóstolos e, afinal, depois de todos, foi visto também por mim, como por um nascido fora de tempo (1Co 15.1-8)

Nesta perícope, Paulo afirma que Jesus apareceu ressuscitado a Cefas isoladamente, aos doze, a mais de quinhentas pessoas de uma só vez, por Tiago e por ele mesmo. Tal declaração está inserida na temática sobre a ressurreição do corpo, desenvolvida por Paulo em: 1Co 15. Se, de fato, esses testemunhos evocados por Paulo expressam a plena verdade sobre a questão da ressurreição, então segue-se disso que a proclamação da ressurreição de Cristo é uma verdade inconteste e passível de averiguação histórica por meio do testemunho daqueles que estiveram com Cristo desde o princípio e contemplaram a sua ressurreição.

Além dessa questão ligada à ressurreição, em sua Segunda Epístola aos Coríntios, Paulo declara que anteriormente realizara milagres entre eles: Pois as credenciais do apostolado foram apresentadas no meio de vós, com toda a persistência, por sinais, prodígios e poderes miraculosos (2Co 12.12).

Na medida em que assevera ter realizado tais obras no seio da comunidade coríntia, tal apóstolo não somente convida todos os seus leitores a acreditarem na realidade da existência do sobrenatural, mas também expõe os cristãos coríntios, como testemunhas oculares desses atos miraculosos. A legitimidade de seu apostolado e a veracidade da fé cristã repousava em fundamentos históricos. Noutras palavras, assim como ele era verdadeiramente um apóstolo – comprovação realizada por meio de suas obras –, a fé que ele proclamava também era igualmente verdadeira.

Ora, por que Paulo afirmaria ter realizado milagres na igreja coríntia se realmente não os tivesse realizado? Tal situação teria destruído completamente sua credibilidade ao pedir que se lembrassem de milagres que nunca realizara diante deles. E, assim, seu apostolado cairia por terra e a verdade do Cristianismo se tornaria em erro aos olhos dos coríntios.

Um terceiro testemunho que ratifica a tese de que os escritores bíblicos acreditavam que estavam escrevendo história é o caso da Segunda Epístola de Pedro. Nesta, o autor dá forte ênfase à

palavra *conhecimento*, em um contexto no qual, a comunidade estava recebendo forte influência de fábulas engenhosamente inventadas (2Pe 1.16):

Porque não vos demos a conhecer o poder e a vinda de nosso Senhor Jesus Cristo seguindo fábulas engenhosamente inventadas, mas nós mesmos fomos testemunhas oculares de sua majestade (2Pe 1.16).

Nesses versículos, Pedro faz uma clara distinção entre as fábulas engenhosamente inventadas (nas quais não há veracidade histórica em seus relatos) e o testemunho ocular e auricular que ele trazia através de suas epístolas a respeito de Jesus. O grande argumento que Pedro usa para volver a mente e coração de seus leitores à crença em Cristo é que somente o Cristianismo tem fundamentos profundos e sólidos ligados à história dos homens.

E por esse viés de argumentação, ele se coloca como testemunha ocular de sua glória. Ou seja, enquanto certos mestres da comunidade inventavam narrativas fantasiosas a respeito de Cristo, ele (Pedro) podia ensinar com propriedade e autoridade testemunhal sobre tudo quanto Cristo fez e falou, pois ele – dentre outros momentos do ministério público de Cristo – esteve no monte santo no qual Jesus foi transfigurado.

Em segundo lugar, podemos afirmar que os escritores bíblicos acreditavam que, os outros hagiógrafos haviam escrito história. Suas citações tinham como finalidade serem argumentos fortes a favor do que eles estavam expondo. Caso suas citações ficassem no âmbito da credence popular, da mitologia ou lenda, como essas alusões poderiam ter peso argumentativo? Como poderiam convencer seus leitores a respeito da validade de suas afirmações? Como poderiam ser firme alicerce para edificação espiritual?

Quando o escritor de Eclesiastes afirma que Deus fez o homem reto, porém este se meteu em muitas astúcias (Ec 7.29), tal sentença perde sua eficácia de convencimento conceitual na medida em que supomos que o escritor sagrado não está fazendo uma referência à história da criação de Adão e sua respectiva desobediência e queda espiritual, da qual procede toda relação com o pecado na qual, o ser humano se encontra na atualidade. O vigor e a veracidade de suas palavras residem na historicidade de sua citação.

Os salmistas também citam frequentemente aquelas passagens do Pentateuco (a escravidão no Egito, as pragas, a travessia do Mar Vermelho, a conquista de Canaã etc.) que geralmente são

apresentadas no texto sagrado como sendo a confissão de fé mais básica do judaísmo (Sl 78, 106, 135, 136 etc.).

Embora a teologia liberal atribua a tais citações o *status* de mito, os salmistas certamente não tinham em mente um conceito tão fraco em suas argumentações para elevar a confiança de seus leitores em YHWH. Noutras palavras, se, de fato, YHWH não libertara Israel do Egito, como Ele poderia realizar ação semelhante na caminhada atual de Israel como nação ou na vida do crente israelita? Se o exemplo argumentativo repousa sobre o solo da dúvida ou da mitologização, tudo mais se fragiliza e perde sua plausibilidade.

Entretanto, os salmistas, para além das estruturas e requintes poéticos, acreditavam na veracidade da travessia do Mar Vermelho e, por isso, poetizaram-na a fim de que os judeus pudessem crer que YHWH realizaria o mesmo evento histórico sobre suas vidas.

Ora, é verdade que a estrutura literária na qual os salmos foram compostos é a poesia hebraica com todas as suas características, estilos e formas. Entretanto, é pertinente a afirmação que a estrutura poética não aponta para a não historicidade dos fatos relatados nos salmos, mas apenas indica que aquilo que de fato ocorreu, foi narrado em estilo poético.

Outro exemplo que se pode demonstrar são as citações que Jesus fez dos escritos veterotestamentários. Em Mt (19.3-6), Jesus faz referência à criação de Adão e Eva e em Mt 12.38-40¹⁰, ele cita a narrativa de Jonas não como parte de um mito ou saga, mas sim, como uma narrativa histórica da qual ele se vale para poder profetizar sua morte e ressurreição. A não historicidade da vida de Jonas é seguida da conclusão lógica que Jesus, de fato, não ficou sepultado três dias e por fim ressuscitou dentre os mortos.

Esses exemplos mostram que os escritores e personagens bíblicos atribuíam a lei, aos profetas e salmos o *status* de história.¹¹ Contudo, diante de tal afirmação é natural que surja dentro desse contexto o questionamento sobre a credibilidade histórica do texto bíblico em si mesmo.

¹⁰ É interessante aqui notar que Jesus também faz referência direta aos ninivitas e a Salomão como personagens históricos e que o Evangelho de Mateus, em suas primeiras palavras, faz uma citação extensa de personagens do Antigo Testamento e os liga historicamente com a pessoa histórica de Jesus. Esta continuidade histórica também é afirmada por meio da expressão “para se cumprir o que fora dito pelo senhor por intermédio do profeta” (Mt 1.22) e “por que assim está escrito por intermédio do profeta” (Mt 2.5).

¹¹ Ver também Js 4.23; Ne 9; Jo 6.31 etc.

2. EVIDÊNCIAS HISTÓRICAS DA LITERATURA SAGRADA CRISTÃ

Se assumirmos como verdadeira a tese que as narrativas da Bíblia têm fundamento histórico, com qual grau de certeza podemos admitir que este livro tão antigo permaneça em sua integridade após os milhares de anos de sua escrita? É possível admitir que aquilo que foi escrito a tanto tempo atrás se perdeu ou foi corrompido completamente pelas mãos dos escribas?

Os limites conceituais e temáticos propostos para este artigo impedem de se tratar especificamente sobre esse assunto com mais propriedade e profundidade. Acredita-se que, para esta oportunidade bastam as referências abaixo, retiradas das obras de Archer, Bruce, McDowell e Bittencourt.

Quanto ao Novo Testamento, escrito em grego *koinê*,¹² não há que se duvidar sobre a sua integridade. Em sua obra “Evidência que exige um veredito”, McDowell (1992, p. 49-59) afirma que, o Novo testamento possui cerca de 5300 manuscritos grego, mais de 10000 manuscritos da Vulgata Latina e pelo menos 9300 de outras antigas versões. E a *Iliada*, de Homero, que é o segundo texto antigo mais bem documentado possui apenas 643 manuscritos, sendo que o primeiro texto completo é preservado até a data do século 13.

Fazendo um paralelo entre o NT e três outros escritos antigos, McDowell (1992, p. 54,55) torna ainda mais evidente o quanto a literatura neotestamentária tem forte apelo histórico e comprovação testemunhal.¹³

Obra	Data	Cópia mais antiga	Intervalo	Nº de cópias
Novo Testamento	40-100 d.C	125 d.C	25 anos	24.000
Iliada	900 a.C	400 a.C	500 anos	643
Tetralogias (Platão)	427-347 a.C	900 d.C	1200 anos	7
História (Heródoto)	480-425 a.C	900 d.C	1300 anos	8

¹² Quanto a essa língua, ver Bittencourt (1993, p. 45-56).

¹³ Em igual convicção Kenyon afirma “É animador descobrir que, no final, o resultado geral de todas essas descobertas (de manuscritos) e todo esse estudo fortalece a prova da autenticidade das Escrituras, bem como nossa convicção de que temos em mãos, de forma concreta, a verdadeira Palavra de Deus” (KENYON *apud* MCDOWELL, 1992, p. 58).

Ao analisar estes dados, McDowell conclui:

Creio que, racionalmente e a partir do ponto de vista das evidências literárias, é possível chegar à conclusão de que a credibilidade no Novo Testamento é bem maior do que a de qualquer outro documento da antiguidade (MCDOWELL, 1992, p. 59).

Quanto ao Texto Massorético,¹⁴ entretanto, o estudo manuscritológico não era tão favorável à integridade textual, visto que, antes da descoberta dos rolos do Mar Morto, o texto hebraico mais antigo que a igreja possuía era datado por volta do ano 900 d.C ou mais (MACDOWELL, 1992, p. 73). Tal situação testemunhal do escrito sagrado fazia emergir várias perguntas relacionadas com o grau de credibilidade desse texto.

Entretanto, em 1947, um pastor beduíno, cuidando de seu rebanho, descobriu a primeira de uma série de grutas nas quais estavam muito bem guardados rolos de pele manuscritos (LAPERRROUSAZ, 1992, s.d., p. 11). Entre os vários rolos envolvidos em tecido de linho, estavam vários escritos veterotestamentários. A descoberta desses manuscritos, na região de Qunrã, trouxe novamente à baila a questão da autenticidade e historicidade não somente do texto bíblico, mas também da própria fé cristã e judaica.

Entre os manuscritos do Mar Morto, foi encontrado um texto de Isaías datado do ano 125 a.C. Ou seja, um manuscrito mais de 1000 anos mais antigo, do que qualquer outro manuscrito anteriormente conhecido. Em seus estudos sobre este tema, Archer (1992) afirma:

Em mais de 95% do texto, eram idênticas, palavra por palavra, ao nosso texto hebraico padrão. Os 5% de variações constituem principalmente, erros óbvios de cópia e variação de ortografia (ARCHER *apud* MCDOWELL, 1992, p. 74).

Por essa constatação, vários teólogos e biblistas cristãos e judeus atribuem aos demais escritos que compõe a bíblia hebraica o *status* de relativa fidelidade original.¹⁵ Tratando sobre essa questão Burrows afirma:

É de maravilhar que, durante aproximadamente mil anos, o texto sofreu tão poucas alterações. Conforme afirmei no primeiro artigo sobre o rolo, 'nisto reside sua grande

¹⁴ É designado como Texto Massorético (TM) o texto hebraico do Antigo Testamento para o qual os massoretas concederam pontuação vocálica às palavras.

¹⁵ Esta relativa fidelidade diz respeito às questões manuscritológicas e de variantes textuais que se fazem presentes também no texto hebraico.

importância: confirmar a fidelidade da tradição massorética (BURROWS *apud* MCDOWELL, 1992, p. 74).

Nessas questões nas quais a Bíblia é objeto de análise empírica, pergunta-se o porquê de, em certos círculos acadêmicos, os textos bíblicos serem vistos com grande desconfiança e descrédito histórico, enquanto que outros – que não possuem a mesma força de evidências históricas – são aceitos com relativa passividade e são citados como contendo palavras autênticas de seus supostos autores.

A resposta a essa indagação está diretamente relacionada à palestra do professor Ms. Marcos Botelho, na qual ele precisamente definiu e distinguiu ciência de materialismo científico. Aquela como sendo o conjunto de teorias e ações racionalmente válidas para se alcançar o conhecimento e, este, como uma cosmovisão através do qual algumas pessoas adentram ao mundo acadêmico negando as categorias relacionadas à divindade, ao sobrenaturalismo, ao milagre etc.

Ou seja, a crença na integridade textual da Bíblia tem dependido dos pressupostos filosóficos daqueles que estudam a literatura sagrada cristã. Aqueles que são antisobrenaturalista, já vaticinam sobre o texto bíblico a falta de credibilidade histórica exatamente por que nesse texto existem relatos que escapam à compreensão humana¹⁶ e à experimentação empírica da ciência moderna.¹⁷

Entretanto, a cosmovisão teísta,¹⁸ analisando as evidências manuscritológicas e históricas da Bíblia, não se deixa impressionar negativamente com as narrativas nas quais o sobrenatural é afirmado. O pressuposto filosófico e o teológico da possibilidade da intervenção do divino na história dos homens fazem com que os estudiosos bíblicos ratifiquem cada milagre como foi descrito na Bíblia. Para estes, a bíblia não precisa ser desmitologizada, mas sim, interpretada pelo viés de uma hermenêutica e exegese que levem em consideração a análise histórico-gramatical do texto e a intencionalidade original dos escritores bíblicos.

A esse respeito, Bruce (1990) afirma:

¹⁶ Referimo-nos aqui, dentre outras coisas, à doutrina da Trindade e à encarnação de Cristo.

¹⁷ Neste ponto temos em mente os milagres atribuídos aos apóstolos e a Jesus.

¹⁸ O teísmo é o pensamento filosófico e teológico que afirma tanto a transcendência de Deus como a Sua imanência. Por esse prisma, Deus não é apenas o criador de todas as coisas, mas também mantenedor tudo aquilo que Ele mesmo criou. Por esse modo de ver a divindade há espaço para o milagre, o sobrenatural e a providência divina na história dos homens.

A evidência em favor dos escritos neo-testamentários avulta mais e mais como supinamente superior à evidência subsistente em relação a muitos escritos de autores clássicos, a autenticidade dos quais ninguém sonha em pôr em dúvida. Fosse o Novo Testamento mera antologia de escritos seculares, a autenticidade desses documentos seria geralmente havida como além de toda dúvida (BRUCE, 1990, p. 22).

Portanto, pode-se afirmar que a questão sobre a autenticidade do texto bíblico está mais relacionada com os pressupostos filosóficos do que com as questões manuscritológicas e históricas propriamente ditas.

E como foi exposto anteriormente, o Cristianismo tem evidências históricas da veracidade de seu livro sagrado e de sua fé, a partir deste momento citaremos alguns dados que corroboram com essa tese.¹⁹

Alguns autores afirmam que não foi Moisés que escreveu o Pentateuco e que sua composição deu-se somente nos anos VII e V a.C. Diante dessa asseveração pergunta-se: se a língua em que foi escrito o Pentateuco foi o hebraico? E como explicar que algumas palavras usadas pelo seu autor são claramente egípcias, como por exemplo, *potífera* (Gn 41:45), *Asenate* (Gn 41:45,50), *On* (Gn 46:20), *Ramessés* (Gn 47:11), *Pitom* (Ex 1:11) etc.? Além desses nomes pessoais, tem-se outros vocábulos que se enquadram na mesma situação como *gome* (papiro), *qemah* (farinha), *ses* (linho fino) etc. e citações a lugares como: *Sucote* (Ex 12:37), *Eta* (Ex 13:20) e *Pi-Hairote* (Ex 14:2) etc. (MCDOWELL, 2001, p. 176).

Diante desses fatos incontestes pode-se concluir naturalmente que o autor do Pentateuco conhecia bem a língua egípcia, sua geografia e cultura. E, segundo a tradição judaico-cristã, o personagem bíblico que teria essa condição era Moisés (cf. At 7:22), visto que ele foi criado pela filha do faraó e teve livre aceso a todo espaço territorial do Egito, como também à sua língua, à sua educação e à sua cultura.

Ao estudarmos os vocábulos bíblicos e sua conexão com outros escritos antigos é possível perceber que vários nomes significativos na história de Israel e citados no Pentateuco são bem documentados em fontes arqueológicas. O nome Abraão, o pai dos patriarcas, surge entre os mais de 15 mil tablets encontrados nas ruínas da antiga cidade de Ebla, na Síria, a grafia Aba-am-ra-am é muito próxima do hebraico *'avraham* e o nome Jacó aparece em atrelamento com o nome de um

¹⁹ Os dados presentes nesta parte de nossa palestra pertencem as obras de Bruce (1990), Mcdowell (1992, 2001) e Unger (1980).

chefe hykso (Ya‘qub-el), num texto do século XIII a.C. encontrado em Chagar-Bazar, na Alta Mesopotâmia.

Em 1845, o arqueólogo britânico Henry Layard descobriu o Obelisco Negro de Salmanasar III, rei assírio que reinou entre os anos 858 até 824 a.C. Nesse artefato histórico, nas 200 linhas de textos desse rei estava registrado o nome de Jeú, rei de Israel como sendo um governante, entre tantos outros, que havia presenteado Salmanasar III e lhe prestado homenagem, prostrando-se diante dele.

Unger também faz citações à narrativa bíblica da criação e seu paralelo com a tradição babilônica. E conclui que a semelhança deve ser entendida como tendo uma fonte comum. Ou seja,

As raças humanas primitivas, por onde vaguearam, levaram com elas essas primitivas tradições da humanidade, e nas diferentes latitudes e climas, modificaram-nas de acordo com a religião e modo de pensar. As modificações, com o passar do tempo, resultaram na corrupção da tradição original pura. A narrativa de Gênesis não é apenas a mais pura, como também apresenta, em todos os pontos, a autenticação inequívoca da inspiração divina, quando comparada com as extravagâncias e corrupções de outras narrativas. A narrativa bíblica, podemos concluir, representa a forma original que essas tradições devem ter tido (UNGER, 1980, p.16).

No Novo Testamento, Lucas faz citação de diversos personagens históricos que viveram no tempo do ministério público de Cristo e que têm sua existência confirmada pela história secular: os imperadores romanos (Augusto, Tibério, Cláudio, Nero) e alguns governadores romanos (Quirino, Pilatos, Sérgio Paulo, Gálio, Félix, Festo). E no Livro de Atos, a citação ao areópago (At 17.19,22) coincide com as evidências históricas que apontam para o fato que este espaço havia reconquistado muito prestígio no tempo do império romano.

Já em (Ef 2.14), Paulo faz alusão a uma parede que separava judeus e gentios. De fato, no templo de Jerusalém havia uma mureta que separava o pátio exterior do pátio interior, no qual estava escrito em latim e grego, uma advertência aos gentios sobre a pena de morte caso ocorresse algum acesso indevido a este lugar (BRUCE, 1990, p. 121). E em 1871 foi descoberta em Jerusalém uma inscrição com o seguinte teor:

Não se permite o acesso a nenhum estrangeiro ao pátio interior que circunscreve o templo e suas dependências diretas. Quem quer que for apanhado assim agindo terá de culpar apenas a si mesmo pela morte que lhe dará de imediato (BRUCE, 1990, p. 121,122).

Em 1888, em escavações perto da igreja de Santa Ana, em Jerusalém, descobriu-se uma cripta na qual havia uma antiga pintura representando um anjo a agitar uma água. Tal pintura remete ao tanque de Betesda (BRUCE, 1990, p. 122).

Bruce também cita que em 1945, Sukenik, professor da Universidade Hebraica, descobriu uma inscrição em dois ossuários, que registra a crença que Jesus poderia ressuscitar o morto.²⁰ Tal inscrição é evidência histórica que desde sua origem o Cristianismo atribui a Jesus poderes extraordinários. E isso deve fazer com que se venha a pensar que Jesus não foi visto por seus discípulos como um simples mestre da moral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise do modo como os escritores bíblicos viam suas obras, os escritos de seus antecessores e como eles atribuíam o significado de história às suas narrativas, deve-se ponderar cuidadosamente sobre a importância da história e da arqueologia para o estudo da religião cristã.

Se, em sua origem, os primeiros cristãos procuraram explicitar os elementos históricos que davam legitimidade as suas doutrinas e veracidade aos seus testemunhos, o teólogo cristão dos dias atuais, não podem considerar coisa de pouco ou nenhum valor esses mesmos elementos, a não ser que queiram incorrer no erro capital de traduzir a religião cristã apenas para o âmbito da subjetividade.

É preciso também dizer que teólogos, biblistas, historiadores e arqueólogos cristãos consideram que muito dos registros bíblicos ainda não possuem comprovação histórica e arqueológica. De fato, existe uma gama de informações bíblicas que se perdeu na poeira da caminhada humana. Contudo, esses mesmos pesquisadores – que confirmam a inexistência de provas históricas e arqueológica para todas as narrativas bíblicas – não deixam de asseverar que as evidências existem, mas estão escondidas nos escombros das cidades antigas e nas areias do deserto, cabendo à nova geração de historiadores e arqueólogos cavarem a verdade.

Dar o devido valor aos aspectos históricos do Cristianismo contribui para uma análise mais acurada de sua caminhada e transformações. Por isso espera-se que este artigo contribua para

²⁰ A data atribuída a este artefato é cerca de 50 d.C.

fomentar o espírito de reflexão crítica e o gosto pela pesquisa acadêmica no âmbito da religião e teologia cristã. .

REFERÊNCIAS

ARCHER, Gleason L. *Enciclopédia de dificuldades bíblicas*. São Paulo: Vida, 1997.

ARCHER, Gleason L. *Merece confiança o Antigo Testamento?* São Paulo: Sociedade Religiosa Vida Nova, 1979.

BÍBLIA DE GENEGRA, Revista e Atualizada. São Paulo: Cultura Cristã, 1993.

BITTENCOURT, B. P. *O Novo Testamento: metodologia da pesquisa textual*. Rio de Janeiro: JUERP, 1993.

BRUCE, F. F. *Merece confiança do Novo Testamento?* São Paulo: Vida Nova, 1990.

GRENZ, Stanley J. *Pós-modernismo*. São Paulo: Vida Nova, 1997.

GRONINGEN, Gerard Van. *Revelação Messiânica do Velho Testamento*. Campinas: Luz para o Caminho, 1995.

KAISER, Walter C. *Teologia do Antigo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 1996.

LAPERROUSAZ, E.M. *Os manuscritos do Mar Morto*. São Paulo: Círculo do Livro, s.d.

MCDOWELL, Josh. *Evidência que exige um veredito*. São Paulo: Candeia, 2001. V. 2.

_____. *Evidência que exige um veredito*. São Paulo: Candeia, 1992. V. 1.

MORRIS, Henry M. *O enigma das origens: a resposta*. Belo Horizonte: Origens/ABPC, 1995.

NIX, Willian; GEISLER, Norman. *Introdução bíblica: Como a Bíblia chegou até nós*. São Paulo: Vida, 1997.

RICHARDSON, Don. *O fator Melquisedeque*. São Paulo: Vida Nova, 1991.

ROBERTSON, O. Palmer. *Cristo dos pactos*. Campinas: Luz para o Caminho, 1997.

TOGNINI, Enéas. *O período interbíblico*. São Paulo: Edição Louvores do Coração, 1980.

UNGER, Merrill F. *Arqueologia do Velho Testamento*. São Paulo: Imprensa Batista Brasileira, 1980.

VOS, Geerhardus. *Teologia Bíblica: Antigo e Novo Testamento*. São Paulo: Cultura Cristã, 2010.